



Arquivo

O presidente espera concluir o pacto social, político e econômico ainda este ano

Sarney explica função das Forças Armadas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney definiu ontem o papel das Forças Armadas na nova Constituição, ao dizer que, além da missão de assegurar a integridade territorial contra o inimigo externo, elas também são as guardiãs da ordem interna, "porque esta tem sido uma constante em todas as Constituições republicanas e porque este é um entendimento consagrado pelas nações desenvolvidas".

Sarney disse que não tem nenhum reparo a opor às manifestações do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, neste sentido, assegurando que naquilo que depender dele o preceito constitucional vigente será preservado, e discordando da tese segundo a qual a manutenção da ordem poderia induzir os militares a uma postura de tutela ou mesmo intervenção no processo político.

Em almoço com jornalistas políticos no Palácio da Alvorada, Sarney adiantou que espera promover pacto político, econômico e social montado sobre documento escrito e envolvendo toda a sociedade brasileira, até o final do ano. Destacou que, antes mesmo deste pacto vir a ser formalizado, já se firmou o consenso de que não é possível pagar a dívida externa sem o desenvolvimento econômico em nível compatível com o atendimento às necessidades sociais mais urgentes. E alinhou os seguintes pontos fundamentais de seu raciocínio: é inaceitável o aumento unilateral dos juros por parte dos credores; o protecionismo alfandegário incidente sobre determinados produtos de exportação está atingindo um nível insuportável, o aviltamento dos preços das matérias-primas é inquestionável; e assegurou que todos estes pontos não poderão deixar de ser levados em consideração nos entendimentos entre o Brasil e o FMI.

O presidente da República projetou uma visão otimista para o segundo semestre deste ano, prevenindo que, a exemplo da sensível aproximação entre a sociedade e o governo, também deverá ocorrer maior aproximação deste com o Congresso. Como parte deste novo relacionamento entre poderes com responsabilidades

crescentes, Sarney informou que já a partir do próximo ano o Legislativo deverá examinar todos os orçamentos — monetário, fiscal e das estatais —, e não apenas o orçamento da União, como acontece presentemente.

Quanto à interveniência do Congresso nas discussões com o FMI, disse o presidente que elas não serão uma condição obrigatória, mas admitiu que o Legislativo poderia estar presente às negociações através de alguns de seus representantes. Em sua primeira viagem ao Exterior, quando irá ao Uruguai, na primeira quinzena de agosto, Sarney convidará a integrar a delegação presidentes e representantes dos partidos, tendo citado o deputado Miguel Arraes — primeiro vice-presidente que estará no exercício da presidência do PMDB quando o deputado Ulysses Guimarães ocupar interinamente a Presidência da República —, o deputado Jorge Bornhausen, presidente do PFL, o senador Amaral Peixoto, presidente do PDS, e ainda os deputados Bocayuva Cunha, do PDT, e Bete Mendes (ex-PT), entre outros. Este mesmo procedimento deverá ser adotado quando de sua viagem a Nova York, em setembro, por ocasião da abertura da Assembléia Geral da ONU.

O presidente da República anunciou que não vai envolver-se nas disputas eleitorais para prefeitos das capitais, por entender que esta postura contribuirá para evitar um maior desgaste da Aliança Democrática. "Nem mesmo no Maranhão" — acentuou.

CUBA

Sobre o reatamento de relações diplomáticas com Cuba, informou que "a questão continua sendo considerada pelo Conselho de Segurança Nacional" e disse que há um momento correto para tudo. Destacou que o Brasil tem uma visão própria do tratamento que deve ser dado ao problema da dívida externa e nesta visão não se inclui a dualidade ideológica Leste-Oeste. Ainda sobre política externa, Sarney confidenciou que seus interlocutores mais frequentes, por telefone, são os presidentes Julio Sanguinetti, do Uruguai, e Miguel de la Madrid, do México.

"Quanto à reforma agrária, estou muito satisfeito com o apoio recebido da Igreja e das Forças Armadas — frisou. A questão é polêmica e haveria reações de qualquer maneira, mas é preciso que não haja dúvida de que ela se fará em favor dos interesses nacionais e não contra quem quer que seja." Quanto à reforma administrativa, observou: "A administração do País requer competência, seriedade e estes valores devem-se basear num sistema de mérito e qualificação pessoal. Logo, as nomeações deverão se basear nestes pressupostos".

O presidente José Sarney considerou "muito bom" seu relacionamento com o presidente do PMDB e seu substituto na Presidência da República, deputado Ulysses Guimarães, destacando que "ele é uma figura extraordinária", e atribuindo seu desinteresse em coordenar a montagem de um pacto político a um simples fato: "cansaço".

Sarney voltou a defender a duração de quatro anos para seu mandato presidencial, mas deixou claro que "a decisão caberá aos constituintes". Informou, finalmente, que não cogita de fazer novos pronunciamentos em cadeia nacional de rádio e televisão nas próximas semanas, reservando-se para quando motivos relevantes justificarem aquele procedimento.

O pacto nacional terá de ser firmado pelos partidos e pelos setores mais representativos da sociedade, para sustentação das instituições e para que o governo possa realizar reformas modernizadoras do País, por via consensual, segundo revelou o presidente José Sarney.

O chefe do governo defendeu, ainda, a aprovação de uma nova Carta Magna enxuta, contendo somente as leis fundamentais da organização social e política do Brasil, a fim de lhe conferir longevidade.

E insistiu em que prosseguirá trabalhando para costurar o pacto nacional, que não pode ser apenas social porque daria a impressão de que visa apenas a exigir novos sacrifícios dos trabalhadores. Ele deve ser político, econômico e social, envolvendo todos os partidos e as entidades mais representativas da sociedade brasileira.